

O LUGAR DO PESQUISADOR NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE LÍNGUA(S) EM ANGOLA

THE PLACE OF THE RESEARCHER IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE: ACADEMIC PRODUCTION ABOUT LANGUAGE(S) IN ANGOLA

Natália Penitente Andrade*
Aline Santos de Brito Nascimento**

RESUMO: Este artigo estuda a imagem de língua que circula em uma dissertação de mestrado realizada em uma universidade portuguesa, sobre a variação linguística em Angola. A questão norteadora é: Quais são as imagens de língua enunciadas na dissertação sobre a Língua Portuguesa em Angola? Diante disso, pretendeu-se investigar quais são as escolhas lexicais usadas para caracterizá-la, observando, desta forma, as estratégias textuais e discursivas que contribuem para a construção e disseminação de determinadas imagens de língua. Foram mobilizados, como aparato teórico, dentre outros estudos, Pêcheux (1997), acerca das formações imaginárias; Bronckart (2009), sobre as modalizações linguísticas; e Osakabe (1999), no que se refere à enunciação do sujeito. Realizou-se um levantamento de dados a partir de uma dissertação de mestrado como *corpus* de análise disponibilizada no repositório de uma universidade portuguesa. Constatou-se que o predomínio de determinada língua, no caso a Língua Portuguesa falada em Angola, estabelece uma hegemonia e conseqüentemente desigualdades, e isto implica ideologias linguísticas associadas a posicionamentos dentro de um campo social. Também a imagem que se constrói, diante da análise no texto acadêmico, é de que o domínio da Língua Portuguesa, em contraposição às línguas faladas em Angola, é um aspecto de ascensão social determinado por meio de instâncias regulamentadoras. Também foi identificada uma polarização entre língua(s) nacional(is) e língua portuguesa, bem como a unificação da língua e sua imposição.

Palavras-chave: Análise do discurso; Formações imaginárias; Modalização; Língua Portuguesa.

ABSTRACT: This article studies the image of the language that circulates in a master's dissertation held at a Portuguese university, about linguistic variation in Angola. The guiding question is: What are the language images enunciated in the dissertation on the Portuguese Language in Angola? In view of this, it was intended to investigate the lexical

* Mestranda do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). Contato: nataliapenitente@usp.br

** Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens. Contato: alinemacuco@hotmail.com

choices used to characterize it, thus observing the textual and discursive strategies that contribute to the construction and dissemination of certain language images. Pêcheux (1997), about imaginary formations; Bronckart (2009), on linguistic modalizations; and Osakabe (1999), regarding the enunciation of the subject was mobilized, as a theoretical apparatus, among other studies. Data were collected from a master's dissertation as a corpus of analysis available in the repository of a Portuguese university. It was found that the predominance of a given language, in the case of the Portuguese language spoken in Angola, establishes hegemony and consequently inequalities, and this implies linguistic ideologies associated with positions within a social field. Also the image that is constructed, in the face of the analysis in the academic text, is that the domain of the Portuguese Language, in contrast with the languages spoken in Angola, is an aspect of social ascension determined by means of regulatory bodies. A polarization between national language(s) and Portuguese language was also identified, as well as the unification of the language and its imposition.

Keywords: Discourse analysis; Imaginary formations; Modulations; Portuguese Language.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar os mecanismos que contribuem para a construção e sustentação de imagem de Língua que circula em uma dissertação de mestrado realizada em uma universidade portuguesa, sobre a variação linguística em Angola. Desse modo, este artigo, diante da necessidade de compreender as representações construídas sobre o objeto em questão, que é parte do projeto *Imagens de língua: sujeito, deslocamento, conhecimento e tempo*,¹ propôs investigar os mecanismos que concorrem na formação das imagens de língua em contextos multilíngues. A intenção foi analisar os discursos produzidos em quatro instâncias argumentadoras (o Estado, a Igreja, a Universidade e a Comunidade), partindo do pressuposto de que os mecanismos discursivos presentes em textos acadêmicos, ao serem propagados, podem “potencializar as mudanças linguísticas e de representação do que seja o tempo, a cultura e espaço adequado para os sujeitos que os incorporam” (BARZOTTO, 2010). Para esta proposta, foi selecionado como *corpus* o texto acadêmico supracitado, vinculado à universidade enquanto instância argumentadora.

Vale salientar que a presente pesquisa se faz relevante pela necessidade

¹ Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto.

de ampliar as reflexões acerca da imagem de língua que o colonizador constrói sobre Angola. Ocorre também a constatação da insuficiência de dados sobre o tema, em virtude do espaço que o mesmo ocupa no meio acadêmico e do discurso empregado fora do país, a exemplo das instituições portuguesas, conforme estudos estatísticos realizados por Domingos Zau (2011). O que se percebe é que os angolanos tradicionalmente consideram a Língua Portuguesa como pertencente ao “outro”, sendo esta a “língua do colonizador”, apesar de haver a percepção de um quadro de mudança nesta perspectiva.

Pretendeu-se, com isso, analisar as imagens discursivas enunciadas sobre línguas em Angola, verificando as escolhas lexicais usadas para caracterizar a língua; e identificar as estratégias textuais e discursivas que contribuem para a construção e disseminação de imagens de língua por meio de incorporação de itens lexicais, elementos sintáticos e semânticos.

Para isso, foram mobilizados, como aparato teórico, os conhecimentos sobre modalização propostos por Bronckart (2009), com a intenção de observar as marcas linguísticas do enunciado, para então depreender uma análise linguístico-discursiva; também foram utilizadas as formações imaginárias teorizadas por Pêcheux (1997); buscou-se a colaboração dos estudos de Osakabe (1999), no que se refere à enunciação do sujeito; além desses, para as análises acerca dos discursos e sua reprodução, baseou-se em Fiorin (1988). Ademais, foram empregadas as reflexões de Rossi-Landi (1985), ao pensar o uso da língua como trabalho e não como atividade linguística; e Arnoux (2014), utilizado para amparar a apresentação de algumas considerações sobre a minorização linguística.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se propõe a descrever, interpretar e explicar questões discursivas situadas nas práticas sociais (FLICK, 2004), cuja busca se deu pelas palavras-chave: língua, português, variação, padrão, norma culta.

DISCUSSÃO TEÓRICA: ANÁLISE DISCURSIVA, FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E MODALIZAÇÕES

Nesta seção, elencam-se discussões que embasaram teoricamente a realização das análises dos dados. Como fundamentação teórica, utilizou-se a análise do discurso, partindo dos pressupostos de Pêcheux (1997), com a concepção de formações imaginárias. Tencionando observar as marcas linguísticas discursivas, por meio das modalizações, marcadas pelo enunciado, utilizou-se Bronckart (2009), para então depreender uma análise linguístico-discursiva.

Para além do exercício primeiro da análise do discurso, no cerne da reflexão sobre os dados das análises, foram mobilizados os estudos de Osakabe (1999), no que se refere à enunciação do sujeito; sobre os discursos e sua reprodução, baseou-se em Fiorin (1988); as reflexões de Rossi-Landi (1985) colaboraram no que se refere ao uso da língua como trabalho e não atividade linguística; Arnoux (2014) foi utilizado para amparar a apresentação de algumas considerações sobre a minorização linguística; e Certeau (1998), por estabelecer discussões sobre a prática de escrita.

De acordo com Pêcheux (1997), os sujeitos não são considerados seres isolados que se valem do já dito, mas a ideologia e os discursos subjacentes são resultados da posição social que ocupam, bem como modulam o lugar que se tem na estrutura social e são determinantes no que se refere à disseminação dos discursos. Para o pesquisador francês, nas formas de comunicação, sejam escritas ou faladas, há uma construção de imagens que os interlocutores fazem de si, do assunto tratado e do destinatário e de ambos, que exercem a comunicação. Assim, o autor propõe um esquema complexo de estrutura formal da comunicação que se desdobra nas formações imaginárias.

Dessa forma, o teórico discute sobre os elementos destinador e destinatário designarem determinados lugares na estrutura da formação social. A hipótese exposta é de que esses lugares estão representados nos processos discursivos, dentro das condições de produção. Em outros termos, esses processos discursivos são uma série de formações imaginárias que designam destinador e destinatário e se atribuem cada um a si e aos outros imagens que

eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. O autor salienta que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias.

A opção por trabalhar com a noção de formações imaginárias reflete a perspectiva de analisar os discursos que se constituem sobre língua em diversos contextos, neste em específico, sobre a imagem de língua instituída no processo como se constrói um conhecimento sobre Angola fora de Angola, e pensando na produção acadêmica de uma angolana em defendida Portugal.

Portanto, ao buscar uma aproximação das discussões sobre as formações imaginárias discutidas por Pêcheux (1997), pensando em uma situação que se baseia na teoria da comunicação de Jakobson (1990), elenca-se: quem enuncia – pesquisadora; para quem enuncia – pesquisadores, professores, meio acadêmico; e a situação de comunicação – circulação das ideias na universidade.

Dentro da discussão apresentada, considerou-se pertinente discorrer sobre a enunciação proposta por Osakabe (1999). Segundo o autor, quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante, na medida em que é ela quem manipula as coordenadas do discurso.

Sob esse ponto de vista, o dominador será sempre o locutor, coincida ou não essa dominação com a dominação efetiva, social ou psicológica. Conforme a autora, trata-se de um critério puramente operatório, que pode relativizar-se na medida em que se pense, por exemplo, numa análise conjunta de dois discursos oponentes com dois locutores que revezam os papéis de locutor e ouvinte; e, no caso do diálogo, esse caráter de dominação parece estar mais estreitamente ligado a outros fatores que não a posse do discurso.

Por outro lado, ao considerar a análise discursiva, Fiorin (1988) discute sobre o discurso não ser lugar de liberdade e da criação, mas o lugar de reprodução dos discursos das classes, ponderando que o indivíduo não fala o que quer, mas o que as formações discursivas querem que ele fale, mas é falado por um discurso.

Verifica-se essa perspectiva a partir da análise dos dados abordados em questão, pois a dissertação analisada reflete uma imagem da pesquisadora e de sua formação desenvolvida em Portugal, em uma universidade portuguesa, pensando sobre a imposição linguística e os estudos linguísticos, bem como

sobre as referências teórico-metodológicas serem compostas predominantemente por pesquisas produzidas na Europa Ocidental².

A partir das discussões teóricas aqui abordadas, entende-se que o enunciador, enquanto ser social, é depositário de várias formações discursivas que existem numa formação social concreta, dividida em classes sociais distintas, embora, em geral, ele seja suporte apenas da formação discursiva dominante, aquela que materializa a formação ideológica dominante, no caso das instâncias que regulamentam, como o exemplo da universidade. Interessa, ao analisar os textos, observar se o enunciador está revelando ou ocultando o discurso de sua posição de classe, focando na ideologia do enunciador transmitida no interior do discurso.

Também Bronckart (2009) ressalta o caráter dialógico que se faz presente em todo texto, ao observar o gerenciamento das vozes que o compõem. Para o estudioso em questão, “as vozes podem ser definidas como as entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado” (BRONCKART, 2009, p. 326). Sobre o tema em discussão, segundo o autor,

as modalizações têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formuladas a respeito de alguns elementos do conteúdo temático. [...] as modalizações, por sua vez, são relativamente independentes dessa linearidade e dessa progressão; as avaliações que traduzem são, ao mesmo tempo, locais e discretas [...] e podem também insinuar-se em qualquer nível da arquitetura textual (BRONCKART, 2009, p. 330).

A partir da definição de modalização, marcada fundamentalmente pelo posicionamento do autor, faz-se necessário descrever suas possíveis classificações, que são: lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas (BRONCKART, 2009). As modalizações lógicas correspondem à avaliação daquilo que é dito do conteúdo temático de um texto, a partir de critérios presentes nas coordenadas formais do mundo objetivo. Sua ocorrência está condicionada às condições de verdade, ou seja, aos fatos atestados como

² Após a análise das referências mencionadas pela pesquisadora, verificou-se que 43 das referências bibliográficas mencionadas são livros, artigos e dissertações produzidas em universidades portuguesas.

certos, possíveis, prováveis, eventuais, necessários, entre outros. As modalizações deônticas equivalem também à avaliação do conteúdo temático, porém ocorrem a partir de critérios que constituem o mundo social, cuja organização se dá nos limites do direito, da obrigação social e da conformidade com as normas em uso. As modalizações apreciativas, por sua vez, dizem respeito, de igual maneira, à avaliação do conteúdo temático, todavia a partir do mundo subjetivo da voz que julga e avalia. As modalizações pragmáticas, por fim, estão a serviço da responsabilidade enunciativa sobre aquilo que é dito por alguma entidade constitutiva do conteúdo temático, como um personagem, grupo, instituição etc. Linguisticamente, as modalizações lógicas e deônticas são percebidas por tempos verbais do condicional, auxiliares, advérbios e orações impessoais. Já as modalizações apreciativas são marcadas por advérbios ou orações adverbiais, e ainda por adjetivações. As modalizações pragmáticas, por auxiliares de modo.

Além das modalizações, os dados sinalizaram para a necessidade de analisar também a perspectiva de pensar a linguagem como atividade e trabalho, assim Rossi-Landi (1985) estabelece uma comparação da língua como produto humano, discutindo, conforme a teoria de Marx, que se tudo é trabalho, a língua também seria um produto humano. Aponta ainda que as palavras são produtos do trabalho linguístico e esses produtos são materiais e instrumentos no decorrer de um trabalho linguístico.

Para além dessas questões, Rossi-Landi (1985) considera a linguagem não apenas como atividade, cujo fim estivesse na atividade em si e não na sua diferenciação, como trabalho no sentido de produção. Dessa forma, ao utilizar a língua como atividade, não como trabalho – produção –, colabora-se em apenas reproduzir as informações e, assim, ocorre uma sustentação de determinado discurso e imagens que são propagadas.

Assim, verifica-se, diante da análise do texto da pesquisadora, que há uma reprodução de questões que estão impostas, bem com um lugar de fala em que não há uma criticidade no que se refere à imposição da Língua Portuguesa em Angola. Também destaca-se uma correlação da língua como pressuposto de produto de um trabalho: as línguas, enquanto produto, ou seja, o conhecimento adquirido da Língua Portuguesa pelos alunos em Angola, forma-se na dialética

de satisfação das necessidades, ou seja, dentro do processo de instituição das relações de trabalho e de produção (ROSSI-LANDI, 1985, p. 68).

Outro aspecto a se observar é que, ao refletir sobre a imposição linguística em Angola, Arnoux (2014) apresenta uma problemática e algumas considerações sobre a minorização linguística, bem como resoluções que evidenciam gestos glotopolíticos e científicos que resistem por parte do Estado argentino e da área de formação das publicações científicas. Diante de suas exposições, a autora discute que os pesquisadores devem reforçar a ideia da língua e da cultura como necessárias para a construção de uma memória.

Arnoux (2014) explana sobre três aspectos que contribuem para a perspectiva de minorização das línguas faladas em Angola, que são: i) a minorização, pode mostrar-se no desenvolvimento de uma variedade, em ocasiões em que ela mesma minoriza, que tende a funcionar como outras práticas; ii) em outro caso, o processo de minorização é paradoxal e contradiz os princípios de decisões políticas; iii) ao considerar o processo de minorização, verifica-se que é resultado de uma limitação das possibilidades de desenvolvimento de uma linguagem científica.

Na seção seguinte, apresenta-se uma exposição metodológica da construção do *corpus*, bem como critérios de seleção e análise.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento do *corpus* se constitui de trechos de textos retirados do repositório de uma universidade portuguesa, composto de dissertações e artigos sobre Angola. Destaca-se a escolha de pesquisas desenvolvidas em Portugal, diante da perspectiva de se pensar sobre a imagem que Portugal, país colonizador, tem sobre Angola, colonizado, e como isso incide sobre o discurso dos trabalhos de pesquisa realizados nesse âmbito.

Para a pesquisa das dissertações, foram utilizadas as palavras-chave: língua; variação linguística; ensino; e formação de professores. Dentre as dissertações encontradas, fez-se um recorte de uma dissertação que discutia sobre variação linguística. Chegou-se, desse modo, aos dados coletados (expressões pertencentes ao campo semântico de interesse desta pesquisa):

bilinguismo, formação de professores, língua falada, lusografia, oralidade e escrita, variação linguística, ensino de língua segunda, oralidade e literatura, formação de professores, ensino.

O recorte refere-se a uma dissertação sobre a interferência linguística do Umbundu no na Língua Portuguesa. Toda a discussão da pesquisadora perpassa pela defesa de que as línguas faladas em Angola dificultam o ensino da Língua Portuguesa na escola analisada. Também apresenta as marcas e consequências no aproveitamento escolar. A autora da dissertação aborda ainda sobre a realidade de Angola em termos linguísticos, sendo marcada por um plurilinguismo, em virtude da existência de várias etnias falantes de diversas línguas.

ANÁLISE LINGUÍSTICA DISCURSIVA DO TEXTO ACADÊMICO: AS IMAGENS ENUNCIADAS SOBRE A LÍNGUA

Nesta análise do *corpus*, os dados coletados, e parcialmente reproduzidos, foram analisados sob o viés linguístico-discursivo. Para tanto, levaram-se em consideração os mecanismos de modalidade linguística, conforme apresentados na discussão teórica, sobretudo a partir dos apontamentos de Bronckart (2009). Além disso, fez-se necessário mobilizar discussões a respeito das imagens constituídas no discurso e nele concretizadas (PÊCHEUX, 1997). Na sequência (Quadro 1), apresentam-se seis recortes retirados da dissertação analisada, que foram estabelecidos considerando, sobretudo, a regularidade de ocorrências e a consolidação das construções de imagens.

Quadro 1 - Fragmentos do texto acadêmico sobre variação linguística em Angola

Fragmento I: “Em finais do século XV (1482), a Língua Portuguesa chega às terras angolanas e, a partir de então, mantém o contacto com as línguas nacionais, apesar de não ser de forma directa, pelo facto de já existirem várias línguas antes da chegada dos portugueses.

Fragmento II: “Perante tal situação, a Língua Portuguesa foi escolhida como língua oficial, aquela que os cidadãos utilizam no seu contacto com a administração do país. É a língua em que se ministra o ensino, dada a variedade de línguas nacionais faladas em diversas regiões do país.”

Fragmento III: “Em consequência, ocorrem produções linguísticas que caracterizam o Português falado em território nacional, fruto da interferência das diferentes línguas. Tal situação suscita inquietação em qualquer docente que procure reflectir sobre ela, encontrando um meio que lhe permita melhorar as condições de ensino de modo a levar os alunos a uma construção do conhecimento explícito do Português Padrão.”

Fragmento IV: “Note-se que, na época colonial, era obrigatória a aprendizagem do Português, língua necessária para a ascensão social.”

Fragmento V: “Trata-se de um tópico em que se reflecte sobre a LP e seu estatuto como língua oficial, língua veicular, língua de escolarização e de unidade nacional, desde a época colonial até aos nossos dias. A parte seguinte foca os aspectos característicos do Português falado com interferência do Umbundu.”

Fragmento VI: “Com efeito, Gonçalves (1996:81) põe em relevo o aspecto referido dizendo que “Após a independência alcançada em todos estes países no mesmo ano de 1975, o Português, língua do colonizador, é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder. Entre as razões que motivaram esta escolha, destaca-se o papel de «língua de unidade nacional, (...) além de funcionar como de comunicação internacional» (...).”

Os trechos destacados acima apresentam um recorte da discussão da pesquisadora em questão, que reflete sobre as “variedades” das línguas em Angola. Os enunciados indicam o funcionamento dos processos discursivos ao formarem imagens que designam o lugar que o enunciador (a pesquisadora) constitui sobre a língua e a imagem que faz de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1997).

No primeiro trecho destacado, o verbo “chegar” mobiliza um ocultamento de imposição linguística em Angola, na perspectiva de ser uma proposta para modificar a realidade linguística, construindo um *status* de uma língua em relação à outra, ou seja, a implementação da Língua Portuguesa no lugar das línguas faladas em Angola. Isto apresenta um predomínio de determinada língua, afirmando assim uma hegemonia, que estabelece desigualdades, e isto implica ideologias linguísticas associadas a posicionamentos dentro do determinado campo social (ARNOUX, 2014).

Essas proposições se relacionam com as discussões de Arnoux (2014), ao se refletir sobre a minorização linguística, o que ocorre com as línguas faladas em Angola. Ao limitar o uso de determinadas línguas, tende-se a “[...] limitar las funciones de una lengua, los ámbitos de uso y, en consecuencia, no equiparla suficientemente para que se desempeñe en ellos, lo que trae aparejadas limitaciones discursivas” (ARNOUX, 2014, p. 2).

Ademais, durante a exposição da pesquisadora em sua dissertação, verifica-se uma divergência, pois, no primeiro momento, há uma declaração sobre a existência de “várias línguas” em Angola e, mesmo diante do reconhecimento, pressupõe-se a “escolha da língua oficial”, a Língua Portuguesa (fragmento II), o que ocorre por configurar-se como uma entidade constitutiva de instituição que regulamenta.

No fragmento II, nota-se uma modalização deôntica (BRONCKART, 2009), no momento em que a autora argumenta buscando *promover*³ (OSAKABE, 1999) o ouvinte para um lugar de decisão, na estrutura política sobre a língua “escolhida” como língua oficial em Angola. Verifica-se uma avaliação da língua a partir de critérios que constituem a propagação de questões sociais, cuja organização se dá nos limites do direito, da obrigação social e da conformidade com as normas em uso.

Entende-se que quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante (OSAKABE, 1999). Dessa forma, a pesquisadora, ao enunciar, manipula e sustenta uma imagem das línguas faladas em Angola e colabora para a propagação e naturalização da aceitação de uma imposição linguística, bem como subentende uma construção de formações ideológicas existentes na formação social na qual a pesquisadora está inserida. Sob o ponto de vista do dominador,⁴ colabora para a manutenção e sustentação de uma imagem de unificação de língua, uma vez que, aplicando-se à proposta teórica de Pêcheux (1997), apresenta-se o enunciador (no caso a pesquisadora)

³ Osakabe (1999) salienta que o ato de argumentar está fundado em três atos distintos, que guardam entre si uma relação aproximada à relação do tipo implicativo: um ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de *envolvê-lo* de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de *engajar* o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política. Chama-se de promoção, envolvimento e engajamento.

⁴ “Não se trata aqui de nenhum tipo de dominação psíquica ou social, mas de dominação pela posse do discurso” (OSAKABE, 1999, p. 67).

dominante nas condições de produção do discurso, ao convergir com o discurso presente no fragmento II.

No fragmento III, destaca-se o verbo “melhorar”, por apresentar uma modalização lógica (BRONCKART, 2009), sendo esta uma avaliação que parte de critérios estabelecidos, como condições de verdade, apresentada com juízo de valor, ou seja, o sujeito, ao conhecer/aprender o Português, condicionará o aluno a construir conhecimento do Português Padrão, e isto implica em segmentar e limitar o funcionamento de uma língua nos âmbitos de uso, levando a minorizar uma língua em detrimento da outra.

A expressão “melhorar as condições de ensino” refere-se às modalizações apreciativas (BRONCKART, 2009), que dizem respeito à voz passiva que julga e avalia a Língua Portuguesa em relação às línguas faladas em Angola. Também o enunciado contribui para uma imagem da língua que está vinculada à “construção de conhecimento” e que, ao dominar a língua, terá ascensão social. Ainda a expressão verbal “era obrigatória” apresenta um ocultamento daquele sujeito que regulamenta o uso da Língua Portuguesa.

No fragmento IV, nota-se a compreensão de uma formação imaginária da linguagem como mercado, que a considera como instrumento, pressupondo um caráter de produto de um trabalho. Deste modo, as línguas, enquanto produtos, formam-se na dialética de satisfação das necessidades, ou seja, dentro do processo de instituição das relações de trabalho e de produção (ROSSI-LANDI, 1985, p. 68). Para além disso, a imagem encoberta que se tem da aprendizagem é de que está relacionada às questões de poder. O condicionamento “é necessário” refere-se a uma modalização lógica apreciativa (BRONCKART, 2009), que reflete uma avaliação ao que é estabelecido como uma imagem que se tem da aprendizagem da língua relacionada a questões de poder, o que elucida a pressuposição de formações ideológicas existentes no que se refere à formação do enunciador (FIORIN, 1988).

Também se nota um juízo de valor quando se enuncia que o Umbundu interfere no ensino do Português, estabelecendo uma imagem de unificação da língua ao sobrepôr a Língua Portuguesa. Destaca-se ainda que esta questão não é confrontada pela pesquisadora, o que reitera, no decorrer do texto e neste

trecho, a ausência de uma análise crítica que possa ser usada para reduzir a desigualdade e manter as línguas minoritárias.

Toda a exposição é circunscrita pelo ensino de Português, criando uma pressuposição do processo de ensino relacionado ao meio de inclusão: “ascensão social; comunicação, construção de conhecimento e língua portuguesa como estatuto”. No decorrer do texto, a Língua Portuguesa é identificada, nomeada e legitimada, o que não ocorre com as línguas faladas em Angola, que são nomeadas nos recortes do texto “várias línguas”, “diversas línguas”, bem como em outras passagens da dissertação.

No que concerne ao aspecto ideológico, verifica-se que o enunciador – a pesquisadora em questão – enquanto ser social, é depositário de várias formações discursivas que existem em uma formação (FIORIN, 1988). Com isso, pressupõe-se um posicionamento ao destacar a imposição da Língua Portuguesa e unificação da mesma, bem como a compreensão de que a língua falada em Angola “Umbundo” é uma interferência para o ensino da Língua Portuguesa. Isso conduz à compreensão de que a Língua Portuguesa ocupe um lugar de língua como atividade social que está associada à necessidade de uma sociedade, pois, conforme Arnoux (2014), “implican ideologias linguísticas associadas con posicionamentos dentro del campo social” (p. 2).

Constata-se, neste enunciado, que, por meio da linguagem, existe uma forma de moldar as representações, inserindo uma unificação da língua, e isto constrói um discurso ideológico, ao determinar que a Língua Portuguesa é “língua oficial, língua veicular, língua de escolarização e de unidade nacional”. Além disso, o enunciador apresenta estratégias argumentativas como procedimento, como em “desde a época colonial até aos nossos dias”, bem como aborda a Língua Portuguesa como estatuto para criar efeitos de verdade e de realidade, com a finalidade de convencer o interlocutor (FIORIN, 1988).

Essa questão reflete as proposições de Fiorin (1988), ao discutir sobre existir no discurso um campo da manipulação consciente e uma determinação inconsciente, e que este campo de determinações inconscientes “[...] é constituído de um conjunto de temas que constituem a maneira dominante de explicar os fatos do mundo numa dada época e que são oriundos de outros

discursos já articulados, cristalizados e cujas condições ideológica propriamente dita” (p. 12).

No último fragmento apresentado, a pesquisadora expõe três tempos históricos: o tempo do autor Gonçalves (1996), que é mobilizado como aporte teórico e como argumentação pela escolha da Língua Portuguesa como sendo língua oficial; o período da independência dos países, no ano de 1975; e o ano em que a dissertação foi redigida: 2012.

Ao mencionar essas alusões históricas, verifica-se uma ocultação da preexistência das perspectivas históricas de colonização, bem como de imposição de língua, e quando se diz que “[...] é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder”, oculta-se também o sujeito: escolhido por quem? Ocorre, nesse momento, a mobilização do ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão de uma instância que regulamenta, define e impõe socialmente valores construídos historicamente (OSAKABE, 1999).

Com isso, pressupõe-se que a pesquisadora anula a possibilidade da crítica em sua construção textual, pois, ao mobilizar os teóricos, não questiona ou reflete sobre a imposição da língua, e utiliza escolhas lexicais que reiteram e conduzem o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política, como em “[...] o Português, língua do colonizador, é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder.” Dessa maneira, verificam-se as modalizações deônticas (BRONCKART, 2009), ao se constatar que o uso da Língua Portuguesa como língua oficial parte de critérios que constituem uma obrigação social, e há uma conformidade com as normas em uso por meio do enunciador.

A partir da leitura da dissertação, observou-se também a forma como a pesquisadora se refere à Língua Portuguesa e às línguas faladas em Angola. Notou-se uma ênfase ao ensino da Língua Portuguesa, mencionado como: *língua oficial, língua oficial do ensino, construção do conhecimento, português padrão, português falado, língua para ascensão social, língua veicular, língua de escolarização, língua como unidade nacional, como comunicação internacional*. Entretanto, ao expor e discutir sobre as línguas faladas em Angola, a autora da pesquisa as menciona como: *variedade da língua, interferências das diferentes*

línguas, interferência do Umbundu, mesmo tratando-se de uma pesquisa que reflete a diversidade linguística de Angola.

Observa-se, neste recorte, que a maneira como a pesquisadora mobiliza as escolhas lexicais para referir-se à Língua Portuguesa estabelece uma imagem da Língua Portuguesa como um instrumento de comunicação intimamente associado às normas gramaticais impostas pela língua padrão; e que essa variante, se bem apropriada, pode conduzir a uma forma de ascensão social. Também correlaciona-se a uma instância de poder que regulamenta e circunscreve o ensino, de maneira que as pessoas que se apropriarem dessa língua possuam um *status* privilegiado. Todavia, ao se referir às línguas faladas em Angola, as escolhas lexicais presentes no texto estudado refletem uma interferência no ensino da Língua Portuguesa e as considera como uma variedade linguística, quando se constata suas escassas menções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um recorte do texto coletado, analisando seus enunciados, considera-se a indicação de que o enunciador se torna dominante nas condições de produção do discurso e assim sustenta a imagem das línguas faladas em Angola como minoritárias e consolida a imposição da Língua Portuguesa. Dessa forma, as imagens enunciadas no texto analisado são de que as línguas nacionais de Angola interferem no ensino da Língua Portuguesa, o que pressupõe o predomínio da hegemonia da língua e estabelece desigualdades e imposição social; também há uma instância que a regulamenta, constituindo-se em uma ação política.

Entende-se “política” não só como o estabelecimento de normas legislativas ou de criação de movimentos de preservação, mas também como princípios de uso, tendo como referência a figura de uma autoridade, seja por parte de autores da esfera acadêmica que atestam o uso, seja por membros da comunidade de falantes que ocupam um certo lugar de poder. E essas figuras de autoridade possuem o domínio do discurso em determinadas condições de produção, como o caso do enunciador (a pesquisadora) do discurso.

Identificou-se uma unificação da língua, no caso da Língua Portuguesa, bem como ocorre uma construção da Língua Portuguesa em Angola enquanto estatuto social e educativo, como emancipação social; há, nesse íterim, uma voz que eufemiza e oculta o sujeito sobre a imposição da língua.

Verifica-se um processo paradoxal, uma vez que, no caso da Língua Portuguesa, fora declarada oficial, como uma maneira de avaliar sua importância em relação às identidades sociais e de valorizar seus falantes como atores nos processos democráticos, e isso gera uma minorização das línguas faladas em Angola, quando a norma é apresentada como o único padrão de prática, ignorando sua diversidade de culturas orais e escritas.

Estabelecendo uma analogia com as proposições de Certeau (1998), que provoca discussões sobre a prática escriturística como sendo um local de passagem onde o que entra nela é um “recebido”, e o que sai dela é um produto, constatou-se que a autora do texto em análise apresenta uma passividade e um assujeitamento em face do não questionamento da imposição linguística em Angola. Isso se evidencia uma por se encontrar em um espaço de veiculação da informação e de uma instância que regulamenta as informações e produz uma pesquisa, na qual o que é escrito conserva e circunscreve uma apropriação do espaço exterior.

REFERÊNCIAS

ARNOUX, Elvira Narvaja. Minorización Lingüística Y Diversidad: En Torno Al Español Y Al Portugués Como Lenguas Científicas. **Anais...** Seminário Iberoamericano de Diversidad Lingüística, Universidad de la Integración Latinoamericana (UNILA), Foz de Iguazú, 17-20 de noviembre de 2014.

BARZOTTO, Valdir Heitor. A expressão da modalidade linguística e a análise de textos acadêmicos. In. CUNHA, Cleide Lúcia; PIRIS, Eduardo Lopes; CARLOS, Josely Teixeira. (Orgs.). **Abordagens metodológicas em estudos discursivos**. São Paulo: Paulistana, 2010.

BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1990.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel, 1985.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. **A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade da Beira Interior. Covilhã, ago. 2011. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1844/5/Domingos%20Gabriel%20Dele%20Zau%2C%20A%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20em%20Angola.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Recebido em: 04/06/2019

Aprovado em: 19/07/2019